

# No Senado, sucessão federal e estadual domina os debates

25 JUN 1978

ESTADO DE SÃO PAULO

**MANOEL VILELA DE MAGALHÃES**  
Da sucursal de BRÁSILIA

mente registrado nos anais da Casa.

## BIÔNICOS

Ao longo do semestre legislativo, o debate em torno do processo sucessório no Senado superou em número de pronunciamentos o exame de temas econômicos, que haviam predominado no ano passado. O interesse despertado pelo encaminhamento da sucessão alcançou também o exame das eleições para senadores "biônicos", com consequências mais ou menos graves no que diz respeito ao relacionamento entre os parlamentares da minoria e da maioria e em detrimento do nível dos debates.

No calor dos debates, os "biônicos" chegaram a ser comparados pejorativamente ao cavalo Incitatus, que o imperador romano Calígula quis transformar em cônsul, num de seus ímpetos de extravagâncias e crueldades. Com um discurso ameaçador, o vice-líder arenista Helvídio Nunes — futuro "biônico" — resolveu tomar a defesa das eleições indiretas para o Senado, mas o problema teve suas proporções reduzidas graças à pronta ação do presidente da casa, Petrônio Fortella e, em seguida, a uma retratação pública de Helvídio, que havia levantado denúncias contra senadores que, no seu entender, estariam "avançando nos cofres do Senado" e, assim, se locupletando.

## LIDERANÇAS

Coube ao novo líder da opo-

sição no Senado, Paulo Brossard, uma das análises mais críticas do processo sucessório, incluindo a escolha dos futuros governadores, que estariam recebendo "capitanias hereditárias". O tom adotado por Brossard e a resposta oferecida pelo líder governista Eurico Rezende, em dois pronunciamentos com espaço de 24 horas, colocaram em risco o debate entre as duas lideranças, formando um quadro perigoso e que quase comprometeu as boas normas parlamentares, em que a ética, para ambas as partes, parecia estar esquecida. Brossard chegou a adotar como represália a decisão de não permanecer em plenário sempre que Rezende ocupasse a tribuna.

No desfecho de um longo capítulo que se arrastou por dois anos, o Senado esfriou e não se viu, na tarde de sexta-feira, qualquer tipo de análise mais profunda sobre a proposta de emenda constitucional, finalmente formalizada e que, para a maioria, será capaz de devolver ao País o Estado de Direito e a sua redemocratização. Pela minoria, o tema foi examinado num improviso do pernambucano Marcos Freire, em resposta a outro improviso do líder do governo, Eurico Rezende. Paulo Brossard, líder do MDB, esteve em plenário, mas preferiu o silêncio. Como ainda resta uma semana para o encerramento da primeira metade do ano legislativo, espera-se que Brossard resolva pronunciar-se a respeito das reformas, qualificadas pela oposição como insuficientes.

O processo sucessório federal e a centralização no Palácio do Planalto da escolha dos governadores estaduais conseguiram nesse primeiro semestre, suscitar no plenário do Senado os debates mais intensos do Congresso Nacional, marcados pelas contundentes críticas da minoria, a que se somou a posição assumida pelo senador Magalhães Pinto, ao pretender o lançamento de seu próprio nome como aspirante à Presidência da República.

O roteiro observado por Magalhães nessa sua tentativa influenciou diretamente a estratégia a que se viu obrigada a direção nacional arenista, antecipando-se no lançamento do candidato oficial, João Baptista Figueiredo para o governo, mas foi numa sessão plenária que o tema assumiu aspectos mais graves, quando o senador mineiro contestou a legitimidade do processo, com os naturais desdobramentos, ali mesmo, através da palavra da liderança arenista. Formalmente, o protesto de Magalhães Pinto inscreveu-se nos anais do Senado, embora a título de mero registro histórico.

Nesse mesmo cenário, ganhou dimensão o roteiro de um outro nome solitário da Arena, o do senador alagoano Teotônio Vilela, autor do Projeto Brasil, contribuição espontânea para o equacionamento do problema institucional brasileiro, igual-